

**ANALISANDO A REPRESENTAÇÃO DE  
PERSONAGENS HISTÓRICOS AFRICANOS:  
um estudo sobre *Um defeito de cor* (2006)<sup>1</sup>**

**ANALIZANDO LA REPRESENTACIÓN DE  
PERSONAJES HISTÓRICOS AFRICANOS:  
un estudio acerca de *Um defeito de cor* (2006)**

LARA SOARES D'AUREA<sup>2</sup>

Data em que o trabalho foi submetido: **18/03/2024**

Data em que o trabalho foi aceito: **15/05/2024**

---

<sup>1</sup> O presente estudo parte de uma pesquisa monográfica, orientada pelo professor Felipe Paiva, acerca do romance histórico *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, na qual buscou-se realizar um exame crítico das imagens criadas do continente africano na obra, principalmente através das diversas identidades representadas. Além disso, os apontamentos iniciais dessa pesquisa foram apresentados no evento "História, literatura e ciências sociais", organizado pelo Observatório do Tempo Presente da Universidade Federal Fluminense (UFF) em dezembro de 2023.

<sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [larasoares@id.uff.br](mailto:larasoares@id.uff.br)

## ANALISANDO A REPRESENTAÇÃO DE PERSONAGENS HISTÓRICOS AFRICANOS: um estudo sobre *Um defeito de cor* (2006)

### RESUMO

Este texto é um estudo histórico-literário do romance *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves. O itinerário analítico deste trabalho busca entender não somente como a comunidade agudá, seus costumes e suas organizações políticas são retratados, mas também a representação de outros atores e circunstâncias que cruzam a vida da protagonista Kehinde – como as personagens que envolvem e possibilitam a trama e o contexto histórico em que estão inseridos. Em última instância, esta investigação busca entender qual é e como é construída a imagem de África nessa obra. A partir de análises quantitativas e de uma avaliação crítica baseada na teoria de Mikhail Bakhtin e na historiografia africanista sobre os agudás e a África Ocidental no século XIX, podemos compreender melhor o papel que os personagens históricos africanos ficcionalizados empreenderam na composição da representação do continente africano.

**Palavras-chave:** Agudás. Heterodiscursividade. *Um defeito de cor*. Representação. Ficcionalização.

## **ANALIZANDO LA REPRESENTACIÓN DE PERSONAJES HISTÓRICOS AFRICANOS: un estudio acerca de *Um defeito de cor* (2006)**

### **RESUMEN**

Este texto es un estudio histórico-literario de la novela *Um defeito de cor* (2006) de Ana Maria Gonçalves. El itinerario analítico de este trabajo busca entender no sólo cómo se retrata la comunidad agudá, sus costumbres y sus organizaciones políticas, sino también la representación de otros actores y circunstancias que cruzan la vida de la protagonista Kehinde - como los personajes que envuelven y posibilitan la trama y el contexto histórico en el que están insertados. En última instancia, la investigación busca comprender cuál es y cómo se construye la imagen de África en esta obra. A partir de análisis cuantitativos y de una evaluación crítica basada en la teoría de Mikhail Bakhtin y en la historiografía africanista sobre los agudás y África Occidental en el siglo XIX, podemos comprender mejor el papel que los personajes históricos africanos ficcionalizados emprendieron en la composición de la representación del continente africano.

**Palabras claves:** Agudás. Heterodiscursividad. *Um defeito de cor*. Representación. Ficcionalización.

-¿Qué es para usted la literatura?

- Una mentira. La literatura es una mentira que dice la verdad. (...) Aquellos que no saben de literatura creen que un libro refleja una historia real, que tiene que narrar hechos que ocurrieron con personajes que existieron. Y se equivocan: un libro es una realidad en sí, aunque mienta respecto a la otra realidad. (Rulfo, 1979, p.03)

## **A ÁFRICA EM *UM DEFEITO DE COR*: UMA INTRODUÇÃO**

*Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, publicado pela editora Record em 2006, é considerado pela crítica especializada um marco na literatura brasileira, principalmente na chamada literatura afro-brasileira (Gonçalves, Miranda, Silva, 2020). De acordo com a literata Fernanda Miranda, depois do lançamento dessa obra, houve um verdadeiro *boom* na produção de romances de autoria negra no Brasil e, neste gênero, os escritores deixaram de ser minoria<sup>3</sup>. O romance histórico em questão procura contar quase um século da história de Kehinde, da etnia jeje, que foi sequestrada e escravizada, ainda com oito anos, junto de sua gêmea e de sua avó, no reino do Daomé, atual Benin. A narrativa é um relato memorial escrito para seu filho, Omotunde, que foi vendido pelo pai para quitar dívidas de jogo.

A trajetória de Kehinde começa na pequena vila de Savalu, onde vivia com sua família. Depois do assassinato de sua mãe e de seu irmão mais velho, sua avó decide levar suas netas para Uidá, onde são sequestradas e acabam em um navio negreiro a caminho das Américas. A partir daí, sua história se desenrola como escravizada na casa-grande de uma família da ilha de Itaparica. Depois de liberta, passa décadas como mulher livre e parte delas em função de encontrar seu filho – passando pela Bahia, pelo Rio de Janeiro, pelo Maranhão e até por São Paulo. Futuramente, ela tem a oportunidade de retornar para o Daomé e começar uma outra vida, longe, na medida do possível, do seu passado como escravizada. Em África, cresce como empresária de um negócio de exportações e construções de casas à moda brasileira para pessoas da comunidade agudá.

Ana Maria Gonçalves é uma mineira de Ibiá que começou sua vida profissional na área de publicidade, chegando a trabalhar em São Paulo por treze anos. Nascida em 1970, somente começou a investir na sua carreira literária com trinta e dois anos, ao se

---

<sup>3</sup> De acordo com a pesquisa de Fernanda Miranda, depois de *Um defeito de cor* e até 2019, localizou dezessete romances de autorias negras no Brasil. Podemos citar *Crime do cais do Valongo* (2018), de Eliane Alves Cruz; *Maréia* (2019), de Miriam Alvez e *Canção para ninar menino grande* (2018), de Conceição Evaristo.

mudar para a Ilha de Itaparica, na Bahia. Seu primeiro romance, *Ao lado e à margem do que sentes por mim* (2002), circulou por um pequeno grupo de pessoas, em uma edição artesanal. Somente se tornou conhecida no Brasil em 2006, na ocasião da publicação de *Um defeito de cor* – com suas quase mil páginas. No ano seguinte conquistou o prestigioso Prêmio Casa de Las Américas, na categoria de literatura brasileira.

O presente trabalho parte do dado óbvio de que os romances escritos por mulheres negras fazem parte da literatura nacional. Por conta das suas especificidades manifestas, muitos dos especialistas mais respeitados da historiografia literária brasileira os desconsideraram em seus compêndios sobre o tema – como os de José Veríssimo, Afrânio Coutinho, Lúcia Miguel Pereira e Alfredo Bosi<sup>4</sup>. Além dessa falta de prestígio, a escassa publicação desse gênero com autoria feminina também chama atenção. Somente treze romances foram publicados por mulheres negras em um espaço temporal de quase dois séculos no Brasil – entre a publicação de *Úrsula* (1859) e de *Um defeito de cor* (2006) (Miranda, 2019).

Um estudo mais criterioso acerca desse conjunto particular de obras nos evidencia que há um caminho partilhado dessas produções literárias: elas reelaboram, de formas diferentes, a história nacional brasileira. Um de seus objetivos é reformular essa história ressaltando a matriz colonial que até o presente momento marca, em demasiado, a vida dos grupos marginalizados. Partindo, então, da crítica a essa história oficial que renega e invisibiliza esses atores históricos, essas produções literárias são uma forma de reescrever o passado e as experiências históricas dessas pessoas (Miranda, 2019).

*Um defeito de cor*, dessa forma, pode ser lido como uma representação da história do Brasil a partir da visão de uma mulher subalternizada: uma pessoa escravizada e, depois, ex-escravizada no agitado contexto do século XIX brasileiro. Para além deste recorte mais imediato, este objeto de pesquisa nos permite analisar historicamente muitos outros temas da história brasileira. Entretanto, este trabalho busca enquadrar sua análise em algumas das passagens de obra que retratam o continente africano – em específico nas representações de comunidade agudá e dos personagens históricos ficcionalizados com tal objetivo.

---

<sup>4</sup> O romance escrito por mulheres negras questiona os pressupostos desse cânone brasileiro, especialmente por não buscarem retratar o sujeito enunciadador privilegiado da literatura brasileira – o homem branco. Além disso, esse gênero provoca reflexões acerca de velhos e falsos consensos brasileiros, como a ideia de harmonia racial e de gênero (Miranda, 2019, p. 46).

Na trajetória de Kehinde, o leitor é levado, diversas vezes, a imaginar o continente africano – a história começa em África e, nos capítulos finais, a personagem retorna ao continente. O período histórico em questão, segunda metade do século XIX, é marcado por um complexo processo de transição intimamente ligado às conjunturas internacionais. Em meio aos movimentos abolicionistas – capitaneados pela Inglaterra – a necessidade comercial europeia já não era mais a mão de obra escravizada. Graças às transformações advindas da Revolução Industrial, a principal necessidade do comércio internacional passa a ser a de matérias primas baratas (Reis, 1987)<sup>5</sup>. É no momento, então, em que a escravidão já não enriquece mais diretamente o centro da economia global capitalista que as *plantations* mais se desenvolvem no continente africano (Reis, 1987). Esse é o contexto histórico que a trajetória de Kehinde se desenrola, quando retorna ao continente - uma África atravessada pelo fim de um escravismo que foi levado à sua máxima potência pelo tráfico transatlântico, da qual ela foi vítima.

O itinerário analítico deste trabalho busca entender, então, não somente como a comunidade agudá, seus costumes e suas organizações políticas são retratados, mas também a representação de outros atores e circunstâncias que cruzam a vida da protagonista – como as personagens que envolvem e possibilitam a trama e o contexto histórico em que estão inseridos. Em última instância, esta investigação busca entender qual é e como é construída a imagem de África nesse romance. Sobretudo, indagamos: essa imagem reafirma discursos colonialistas que inundam o imaginário do senso comum, constrói um continente idealizado ou consegue criar uma imagem que absorva as idiosincrasias de sua história?

Antes de analisar, de fato, o objeto aqui proposto, cabe elaborar o enquadramento teórico que permitiu avançar nesta pesquisa. As análises historiográficas de produções literárias vêm, aos poucos, ganhando um espaço cada vez maior na academia. Vale reforçar algumas posturas importantes ao se propor tal iniciativa. Para além da análise do contexto de produção e transmissão do discurso ali vinculado no espaço e no tempo, merece destaque também a compreensão de que a nossa relação com as obras não pode ser considerada como invariável ou universal e, sendo assim, cabe ao historiador perceber o discurso como algo não natural e “buscar, a partir de discursos particulares, a

---

<sup>5</sup> O chamado “comércio legítimo” - a troca comercial dessas matérias primas por bens industrializados - instala-se a partir desse momento. As aspas se devem ao fato de que, por mais contraditório que pareça, esses produtos, que substituíram os cativos nas exportações, eram produzidos com mão de obra escrava.

possibilidade de reconstruir os sistemas de representação que os subentendem” (Chartier, 1999, p. 210).

Já é dado inquestionável a impossibilidade da literatura de reconstruir discursivamente o que aconteceu. Longe das pretensões positivistas de sua origem, a escrita da história também compartilha dessa incapacidade. Diante da perda de supremacia da disciplina no trato com o passado, a literatura vem sendo considerada como um espaço válido para a elaboração de imagens do passado (Timm, 2018, p. 57). A produção literária pode ter um compromisso com a verdade defendida pela historiografia, – como o romance histórico procura ter ao se inspirar em pesquisas e fontes – mas o produto dessa escrita ficcional não é uma tentativa de replicar o real, e sim um empenho em representar uma memória. Tendo em vista essas preocupações e, na medida em que as produções literárias têm uma circulação muito maior que as produções historiográficas, a literatura se torna valiosa para investigar qual a memória que uma obra pretende criar sobre determinado tema. A história contada na obra em questão é, nesse sentido, a materialização dessa forma de elaborar a África.

Nessa direção, nos interessa também mobilizar o conceito de “lugar de memória” desenvolvido por Pierre Nora. Em contraponto à história que, para o autor, nada mais é que uma “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993, p. 10), podemos entender a memória como imagens de um passado coletivo, um fenômeno carregado pelos grupos vivos, sempre atual, em constante transformação, aberto à mudança, vulnerável a todos os usos e manipulações (Nora, 1993).

A ideia de “lugar de memória”, então, está inserida no contexto de uma percepção temporal diferente na modernidade – de grande aceleração. As memórias coletivas espontâneas se desfalecem e, frente a isso, a sociedade começa a criar intencionalmente lugares de memória – lugares simbólicos que condensariam a ideia de permanência da memória e, assim, de uma identidade coletiva. Dessa forma, a partir da teorização do autor sobre vontade de memória e do entendimento desta como plural e impermanente, pode-se pensar que a literatura contribui para a elaboração da memória coletiva e, por conseguinte, também de certa identidade coletiva. Em um momento em que a memória já não é espontaneamente produzida, a literatura pode ser vista como um lugar privilegiado para sua elaboração (Aparecida, 2014, p. 349).

Além disso, vale a pena nos determos um pouco no conceito de “heterodiscurso”, desenvolvido por Mikhail Bakhtin, nos anos 1930, visto que ele nos oferece uma chave

de entendimento interessante para pensar as produções literárias enquanto fontes históricas. O romance, para o autor, é o único gênero capaz de reunir as diversas vozes da vida social. As vozes às quais ele se refere são as diversas formas verbalizadas de compreensão do mundo existentes na vida em sociedade: pontos de vista específicos (Bakhtin, 2015). Essa interação dialógica entre diversas linguagens que compõem a vida social moderna é denominada “heterodiscurso”. Somente o romance, então, seria capaz de organizar de forma dialogizada a estratificação interna de cada língua "em cada momento de sua existência histórica" através do discurso dos narradores, do discurso do autor, do discurso do herói: todos, em uníssono, compõem o mundo social que pretende ser representado literariamente (Bakhtin, 2015, p. 30).

## **AGUDÁS: A IDENTIDADE A SER REIVINDICADA**

Kehinde retorna à África em 1847, trinta anos depois de seu sequestro. Nessa ocasião, tem a expectativa de encontrar as pessoas que a acolheram em Uidá no passado. Logo nos primeiros momentos do desembarque, ela não se identifica com o que encontra – os costumes daquelas pessoas são radicalmente diferentes dos quais ela cultivou por décadas no Brasil. É dessa forma que ela conhece a comunidade dos agudás, à qual seremos apresentados a partir da narrativa.

Esse grupo social se formou na Costa dos Escravos, principalmente no que hoje é o Benin, Togo e um pouco da Nigéria, e é formado por retornados – pessoas que foram escravizadas, traficadas para o Brasil e que conseguiram voltar para África. Grande parte desses indivíduos retornaram como deportados depois das revoltas do começo do século XIX, na Bahia, principalmente a revolta dos malês, em 1835. Esse grupo, que ainda existe atualmente, não é comparável às comunidades de imigrantes japoneses ou à colônia libanesa, por exemplo. Eles de fato têm uma identidade social e cultural que os fazem ser considerados, informalmente, como mais uma das etnias que compõem o que hoje é o Benin, como veremos a seguir.

Uma vez em África, aquele retornado, na maioria das vezes, não conseguia reclamar seus vínculos familiares, étnicos e políticos precedentes – era considerado um “africano genérico”. Acontecia que, em muitos casos, o seu lugar de origem estava totalmente transformado, quando não destruído. Dessa forma, ele acaba fazendo morada

na cidade do porto em que desembarcou – geralmente por onde havia embarcado quando escravizado no passado. Entretanto, não era somente por essa alienação da estrutura social autóctone e pela sensação de deslocamento que os retornados encontravam dificuldades ao integrarem-se novamente à sociedade africana (Guran, 2001, p. 04).

Eles são diferentes dos autóctones: utilizam talheres, abraçam a religião católica, festejam e cozinham como os baianos e muitos eram alfabetizados. Muitas vezes, retornavam também com ofícios que não eram comuns entre os nativos: carpinteiros, pedreiros, marceneiros e comerciantes, no sentido capitalista do termo, como Kehinde. Há um “desarraigamento” desses africanos abrasileirados da África, pois estavam profundamente transformados pela passagem pelo Brasil (Verger, 2021, p. 695).

Os agudás, no entanto, não constituem exclusivamente um segmento social composto por esses retornados. A construção da identidade social agudá, de acordo com o antropólogo Milton Guran, se deu em etapas. Os primeiros brasileiros do Benim foram portugueses e brasileiros brancos que se estabeleceram em Uidá desde o começo do século XIX, acumulando uma riqueza intimamente ligada ao tráfico transatlântico de escravizados com a Bahia - que ainda era legal (Guran, 2001).

O segundo momento da tipologia elaborada por Guran é o que mais nos interessa. Essa é a fase, especialmente após 1835, caracterizada pela chegada massiva de retornados, principalmente da Bahia. Em sua maioria eram escravizados e ex-escravizados africanos punidos por envolvimento na revolta dos malês<sup>6</sup>. Ao não se identificarem com os autóctones, buscaram se associar aos agudás da primeira geração em suas atividades econômicas, para que assim pudessem ser introduzidos no mercado internacional. Dessa forma, para além da inicial relação com o tráfico, atuaram nas exportações, principalmente para o Brasil, de noz-de-cola, pano de costa, sabão preto e azeite de dendê (Castillo, 2013).

O contexto político da Costa dos Escravos, em especial no porto de Uidá, é de progressiva presença de representantes de potências europeias, principalmente Inglaterra e França, nas terras que se tornaram suas colônias no final do século XIX e parte do século XX. Em conjunto a esse envolvimento cada vez mais manifesto, os agudás, que chegavam

---

<sup>6</sup> É importante ressaltar que Kehinde desempenhou um papel ativo nessa revolta - há declarações contundentes da autora, como em sua entrevista no Roda Viva (01h07min), sobre sua tentativa de ficcionalizar a trajetória de Luísa Mahin. Diante das ameaças de retorno obrigatório de todos os africanos livres na Bahia, a protagonista iniciou sua jornada, a princípio em direção à Ilha de Itaparica e posteriormente em direção ao Maranhão.

com uma mentalidade que pode ser lida como mais ocidentalizada por conta da sua vivência no Brasil, fizeram parte do início das atividades econômicas modernas nesta região.

No momento em que o confronto entre a cultura tradicional e o capitalismo em expansão adquire contornos mais nítidos na região, eles estão capacitados a assumir o papel de senhores e de impulsionar a economia ao lado dos comerciantes e dos traficantes brasileiros. Estes últimos os acolheram muito bem e os utilizaram para desenvolver os seus negócios. (Guran, 2001, p. 05)

Outra atividade econômica importante em que os retornados se destacaram foi a da administração de fazendas no interior, sobretudo as de óleo de palma. Conforme o movimento anti-escravista avançou a principal demanda que o mercado internacional buscou suprir era a de matérias primas baratas - sobretudo óleos capazes de lubrificar as máquinas da produção industrial inglesa. Esse é o momento em que o rei do Daomé, Guezo (1818-1858), tentou, apesar das investidas abolicionistas inglesas, seguir com o tráfico negreiro em concomitância à exploração do dendê. Dessa forma, ele via esse comércio “não como um substituto, mas como um complemento do tráfico de escravos” (Soumonni, 2001, p.70) e, assim, tomou diversas medidas para incentivá-lo.

As fazendas dendenzeiras aparecem na obra literária em alguns momentos. O principal deles é quando, com a notícia do fim do tráfico para o Brasil em 1850, Kehinde e seu parceiro passam a se interessar pela produção de palma. John decide investir em uma fazenda, há alguns quilômetros no interior de Uidá, que gerou certa margem de lucro. Em sua fazenda, eram empregados, sobretudo, retornados, principalmente por conta da disciplina de trabalho – traço que é ressaltado em várias partes do livro e que também pode ser encontrado em relatos de viajantes da época. John Duncan, por exemplo, foi um viajante inglês que, na ocasião de uma visita à cidade supracitada, em 1845, destaca como a “superioridade de conhecimentos [dos agudás] em agricultura” foi responsável por serem “o povo mais industrioso que já encontrei. A seis ou sete milhas de Uidá, diversas fazendas magníficas estão em bom estado de cultivo.” (Verger, 2021, p. 702).

Em Porto Novo, atual capital do Benin, ainda é possível encontrar remanescentes de outra importante atividade econômica agudá: a arquitetura. Ao retornarem, o conhecimento dos ofícios que aprenderam no Brasil e os lucros advindos do tráfico e/ou das exportações possibilitaram que essas pessoas pudessem investir em negócios de construção especializados no “estilo brasileiro” – uma reprodução do estilo barroco

colonial do século XVIII, que é possível de ser encontrada até os dias de hoje (Guran, 2001; Cunha, 2012).

Esse é o caso de Kehinde que, depois de juntar o lucro das suas exportações, começou a construção de uma casa para sua família em Uidá, buscando reproduzir o solar da família que a escravizou, em São Salvador. Essa construção chamou muita atenção dos que por ali viviam, principalmente outros agudás abastados. Eles passaram, então, a encomendar projetos parecidos que se tornaram possíveis mediante à importação de materiais e de mão de obra especializada, graças aos contatos comerciais que ela já tinha consolidado no Brasil. É assim que nasce a Casas da Bahia, o negócio ao qual a protagonista se dedica até quase o final de sua vida, e que, inclusive, ficou famoso na própria Bahia, onde as pessoas faziam fila desejando ser empregados por ela<sup>7</sup>.

Acredito que, com esse panorama, já é possível entender melhor a importância econômica que esse grupo social tinha na Costa dos Escravos. Essa relevância era reconhecida à época. Pierre Verger, no texto “Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX”, nos traz um recorte do *Journal Officiel* que evidencia isso: ele mostra que quase um terço dos negociantes e metade dos comerciantes do Daomé, em 1882, eram “brasileiros” (Verger, 2021, p. 711). Essa aceção coincide com o principal aspecto que Milton Guran pretende destacar em seu trabalho sobre os agudás: a ideia de que essa inserção social de antigos escravizados permitiu que eles detivessem uma função social e econômica na “qualidade de cidadãos de plenos direitos” (Guran, 2001, p. 12).

Responsáveis, então, por um significativo aumento populacional no início do século XIX, a segunda leva desse grupo foi essencial para forjar uma identidade social unificada entre todos os agudás. Como essa integração foi possível se estamos falando de um grupo marcado pela heterogeneidade? Eram pessoas com origens étnicas diferentes: majoritariamente iorubás – que, por si só, já são uma fusão de vários grupos diferentes como os oiós, ijebus, ijexás, egbás, etc. –, mas também haussás, nupes e ibos (Castillo, 2012). A partir do desembarque, era necessário que encontrassem um novo início. É a experiência no Brasil e tudo que vem com ela que passa a ser o ponto de partida de uma nova vida, uma origem em comum.

---

<sup>7</sup> Podemos acompanhar essa atividade a partir do Capítulo 09 da obra literária - especificamente da página 862.

No entanto, sem dúvida, o papel aglutinador e catalisador do catolicismo foi o traço mais importante da identidade agudá<sup>8</sup>. Assim, além de preservarem a língua portuguesa, se organizavam em vastas redes de clientelismo e manutenção das festas e costumes católicos – como a burrinha e a comemoração do Senhor do Bonfim. Pierre Bouche, abade missionário e importante personalidade histórica da época que esteve em Agoué em 1874, conta sobre a capela construída por Joaquim d'Almeida – outro personagem histórico que também aparece no livro de Ana Maria Gonçalves – em 1845, dedicada ao Senhor Bom Jesus de Redenção:

Aí, como em Lagos, encontrei certo número de negros vindos do Brasil que conservam aparência de cristãos. E mais: eles tinham uma igrejinha para reuniões piedosas. [...] As origens cristãs de Agoué remontam, portanto, a mais de trinta anos antes de nossa chegada definitiva. Diversos padres portugueses ou franceses já tinham concedido o batismo a mais de oitocentas pessoas nessa localidade, desde a construção da capela de Joaquim d'Almeida. (Verger, 2021, p. 696)

Existem outros excertos de relatos da época que testemunham essa lealdade aos costumes católicos brasileiros, como quando o reverendo Pierre Bouche, em 1868, descreve a devoção à Imaculada Conceição e o que ele achou ser uma celebração do Dia de Reis com um boi e um burro, mas que, na verdade, eram comemorações do Bumba meu boi. Essa fidelidade que eles mantinham aos costumes brasileiros se assemelha à devoção que muitas destas mesmas pessoas tinham – como é o caso de Kehinde – em relação ao culto de seus ancestrais no Brasil (Verger, 2021).

As situações criadas pela autora na história dão conta de explicar essa complexa dinâmica – um contexto novo, tanto para os leitores, quanto para a própria protagonista, que consegue sintetizar bem essa fé: “Gente que, no Brasil, provavelmente tinha orgulho de não se submeter à religião católica e fazia questão de conversar em línguas de África, como forma de dizer que não tinha se submetido aos brancos, mas que, de volta à terra, negava esses costumes” (Gonçalves, 2020, p. 757).

Nem por isso esses retornados abasileirados deixavam de cultuar e respeitar a fé nas religiões de seus ancestrais – a dos voduns ou a dos orixás – como também é o caso

---

<sup>8</sup> Os brasileiros de fato se apropriaram do catolicismo - era uma característica coextensiva da própria identidade agudá. Afirmar-se católico era destacar-se - ainda mais com a chegada da Missão Francesa, que imediatamente recebeu todo o apoio financeiro que poderia necessitar dos brasileiros. É conhecida a história das vultosas doações feitas pelos brasileiros para a construção de uma igreja em Lagos e do financiamento das obras de educação das escolas missionárias (Castillo, 2012).

de Kehinde. No entanto, a religião católica era essencial para serem considerados agudás e lhes garantia, por vezes, vantagens profissionais que desfrutavam na condição de cristãos. Esse traço fazia com que eles se considerassem, cada vez mais, como brancos – o que os alçava a uma classe defendida como superior a dos autóctones. Segundo a obra, “no Daomé, sobretudo, chamam-se brancos a todos os cristãos, mesmo que sejam negros como ébano”, como o padre Borghero escreveu (Verger, 2021, p. 698).

A (re)construção de uma identidade não é um processo nada simples, como acredito que já esteja claro. Retomando Manuela Carneiro da Cunha: "a identidade é construída de maneira situacional e por contraste, ou seja, ela constitui uma resposta política a uma determinada conjuntura, uma resposta articulada com as outras identidades envolvidas, com as quais forma um sistema" (Guran, 2001, p. 05). Nesse sentido, trazendo a soberba dos senhores de escravizados em conjunto aos hábitos desses escravizados e do povo brasileiro em geral, os agudás elaboraram sua singularidade a partir da diferença com os autóctones.

Os “brasileiros” do Benim entendiam, dessa forma, que estavam do lado do progresso e da modernidade, enquanto os nativos africanos, de antemão, eram considerados selvagens e primitivos, pessoas que não tiveram a chance de evoluírem. Em contrapartida, eram lidos pelos nativos eternamente como escravos que repetiam as “maneiras de branco”. Como essa complexa dinâmica aparece em *Um defeito de cor*? Para além de trechos explícitos como o destacado abaixo, em várias ocasiões a narradora-personagem faz comentários sobre como, “aos poucos, e no convívio com as brasileiras (...), iam tomando jeito de gente” (Gonçalves, 2020, p. 862).

Quando os africanos chamavam os brasileiros de escravos ou traidores, dizendo que tinham se vendido para os brancos e se tornado um deles, os brasileiros chamavam os africanos de selvagens, de brutos, de atrasados e pagãos. Eu também pensava assim, estava do lado dos brasileiros, mas (...) achava que o certo não era a inimizade, não era desprezarmos os africanos por eles serem mais atrasados, mas sim ajudá-los a ficar como nós. (...) Os brasileiros faziam questão de se afastar ainda mais dos selvagens conversando sempre em português e dizendo que não cultuavam mais os deuses dos africanos, que professavam a fé dos brancos, o catolicismo (Gonçalves, 2020, p. 756 - 757).

A apreensão de que os “brasileiros” estavam em melhores condições sociais, econômicas e políticas que os autóctones era compartilhada por parte dos próprios nativos. Não eram raros os casos em que nativos vendiam como escravizados seus próprios filhos na esperança de que estes voltassem ricos em um futuro próximo e

pudessem ajudar seus pais na velhice – como Ana Maria Gonçalves ficcionaliza (Gonçalves, 2020 p. 772) e alguns relatos corroboram (Guran, 2001, p. 04).

Essas pessoas partiram como escravizados e voltaram como “senhores”, ou seja, fazendo parte da cultura que se impunha cada vez mais no país – “a maneiras de brancos”, a cultura ocidental. Em uma leitura regada de uma dose de anacronismo, poderíamos dizer que eles representaram o futuro que estava porvir: a imposição da cultura e do poder colonial branco francês até 1960 (Guran, 2001, p. 07).

No começo desta pesquisa, ao estudar o conceito de “heterodiscurso”, de Mikhail Bakhtin, imaginava que o utilizaria para analisar as palavras em outros idiomas – que são muitas – e que foram inseridas na obra como forma de trazer para o jogo narrativo as diversas linguagens sociais – lê-se formas verbalizadas de compreender o mundo. Em um contexto histórico da diáspora transatlântica, imaginei que esta seria minha maior preocupação. No entanto, no decorrer da pesquisa, entendi que essa chave de leitura é muito mais rica e nos abre possibilidades de pensar outras palavras que, mesmo no idioma principal da obra, cumprem essa função.

Aqui me interessa pensar a complexidade da utilização, muito cuidadosamente feita e destacada pela autora, da palavra “selvagem” nos últimos dois capítulos do livro. A utilização repetitiva dessa expressão é uma forma de trazer para o jogo narrativo essa complexa teia identitária que caracterizou tal período histórico. Ela o faz de dentro pra fora, ou seja, o leitor é apresentado aos africanos autóctones como “selvagens, brutos, atrasados e pagãos” (Gonçalves, 2020, p. 756).

Os abasileirados não eram os únicos retornados. Havia grupos de ex-escravizados que vinham de Cuba – que conseguiam se misturar aos agudás pela proximidade do idioma espanhol e, principalmente, pela fé católica. Além deles e em maior quantidade estavam os sarôs, pessoas que tinham sido escravizadas, mas que estavam em navios capturados pela Royal Navy inglesa, em alto mar, e eram forçados a viver em Serra Leoa, pois não podiam retornar aos seus locais originais de embarque e de onde foram sequestradas (Castillo, 2013).

Os sarôs eram protestantes falantes de uma língua crioula com origem inglesa e eram mal vistos sobretudo em Agoué, Uidá e Porto Novo por serem considerados espíões dos ingleses em relação ao tráfico de escravizados. Preferiam ir para Badagri e Lagos, onde se sentiam mais seguros. John, parceiro da protagonista, era um sarô e, por várias vezes, o casal lançou estratégias para que as pessoas em Uidá não percebessem a que

grupo ele pertencia, para que isso não prejudicasse os negócios. Ele era um “mulato escuro” (Gonçalves, 2020, p. 735) que trabalhava para os comerciantes ingleses, assim como seu pai, um ex-escravizado que se estabeleceu em Serra Leoa.

Outro episódio relacionado aos sarôs é com o Sr. Bernasko. Ele era um missionário sarô em Uidá que espionava para os ingleses, denunciando navios que saíam com escravizados. Era um agente duplo – recebia pagamento dos ingleses pelo “serviço” e do outro lado para não delatá-los. Ele era alvo de muita inveja porque sempre tinha dinheiro e, quando não foi expulso junto com os outros ingleses por conta do trabalho duplo, o denunciaram. Ele chegou à casa de Kehinde dizendo que, se os guardas da Royal Navy o encontrassem, seria condenado à pena de morte por lesa-majestade e, por isso, pediu abrigo (Gonçalves, 2020, p. 852). Esse personagem é baseado em um sujeito histórico que foi documentado na obra monumental supracitada de Pierre Verger (Verger, 2021, p. 701) - Ana Maria Gonçalves utilizou-se até do detalhe dos problemas com bebidas de Sr. Bernasko em sua narrativa.

O nono capítulo se desenrola todo em Uidá, ao passo que o último e décimo tem Lagos como pano de fundo. Esta passou a ser a cidade mais interessante para africanos retornarem a partir dos anos de 1850, porque era o lugar menos provável de ser reescravizado, apesar da necessidade de pagamento de um alto imposto ao desembarcar (Castillo, 2013). Os “brasileiros” da cidade eram, de acordo com o cônsul britânico Benjamin Campbell, em 1853, praticamente perseguidos por extorsão por Kosoko e vieram pedir-lhe ajuda depois da expulsão do antigo rei<sup>9</sup>. Ele aceita ajudá-los, desde que os retornados se comprometessem com as seguintes condições: aceitar Akintoye como rei; abandonar o comércio de escravos; enviar uma lista dos chefes de família e destinar os filhos para escolas de missionários protestantes<sup>10</sup>.

Em outro relato, o cônsul pede autorização de Sua Majestade para auxiliar na vinda de outras famílias de retornados: “É muito desejável, pois com seus hábitos de trabalho e com suas maneiras civilizadas, formam um contrapeso à escória da antiga população do tráfico de escravos desta cidade, de que se manterão apartados em virtude de velhos ódios e animosidades” (Verger, 2021, p. 712 - 713). O trabalho dos abramilei-

---

<sup>9</sup> Kosoko foi o rei de Lagos que lutou contra a presença inglesa até 1851, quando a cidade é bombardeada e se torna um protetorado inglês. Akintoye torna-se o novo rei, respeitando os mandos da Inglaterra.

<sup>10</sup> Essas condições também aparecem no romance aqui estudado, no subcapítulo Vida em Lagos (p. 905 - 911).

rados aqui novamente é ressaltado – assim como Kehinde, já residindo em Lagos, tem oportunidade de aclarar que, “para os sarôs, os preguiçosos, ficavam os cargos administrativos, e para nós, os brasileiros, o trabalho, a inteligência e a iniciativa que fazia a África crescer” (Gonçalves, 2020, p. 907).

Os imigrantes de Serra Leoa eram, de fato, mais próximos dos ingleses do que os outros, por conta de sua língua, seu trabalho e sua religião. Eles formavam uma classe média de comerciantes e funcionários subalternos da administração britânica. Já os brasileiros que chegavam em Lagos normalmente não tinham dinheiro – o que não era o caso da protagonista da nossa obra literária, que chegou à cidade no ápice da sua riqueza. Todavia, eles eram estimulados a migrar para a cidade: além de incentivos fiscais, uma ligação por navio a vapor entre Lagos e Salvador chegou a ser realidade em 1890, trazendo trabalhadores ligados à plantação (Verger, 2021).

## **ANÁLISE DE PERSONAGENS DE UM ROMANCE DE FORMAÇÃO**

Este excerto pretende fazer um exame detalhado acerca de alguns aspectos da construção dos personagens feita por Ana Maria Gonçalves. Intenciono demonstrar como, apoiada na investigação das relações sociais e políticas que Kehinde constrói durante sua história, o leitor é apresentado, em África, a figuras históricas ficcionalizadas que tiveram importante agência política em seu tempo e que são as mais conhecidas nas produções historiográficas sobre o Daomé e os agudás. Já nos capítulos referentes ao Brasil, somos levados a conhecer personagens inteiramente fictícios, que formam o que podemos chamar, genericamente, de povo brasileiro, longe das decisões políticas oficiais. Quais são os efeitos dessas elaborações na percepção da África apresentada pela obra?

Parte da abordagem metodológica realizada para o presente trabalho foi a elaboração de tabelas para a catalogação de todos os personagens que compõem o romance. A ideia foi elaborar uma cartografia textual que pudesse auxiliar na identificação das vozes sociais que a autora buscou representar no romance. Ou seja, essa fase da investigação buscou entender como a mobilização desses dados contribui para a formação heterodiscursiva do romance. Com esse horizonte de expectativa e abarcando toda a obra literária, foram produzidas um total de onze tabelas – uma tabela para cada capítulo do romance e uma com os números da análise.

Como é possível verificar no Quadro 1, a autora criou mais personagens no momento em que a história se passa no Brasil do que quando ela se passa no continente africano – duzentos e dezesseis e cento e trinta e seis, respectivamente. Da mesma forma, há um número parecido de personagens históricos ficcionalizados tanto no Brasil, quanto em África — dezessete e vinte e quatro, respectivamente. Não é à toa que sete capítulos e suas quinhentas e quatro páginas se passam em terras brasileiras, enquanto somente três capítulos e duzentas e duas páginas se dão em África. Entretanto, ao avançarmos nossa análise em direção à proporção desses números, percebemos que há uma preocupação maior em apresentar pessoas mais intrincadas às redes de poder oficiais quando a história se passa no continente africano do que quando ela se passa no Brasil.

Em sua entrevista para o programa de TV Roda Viva, em julho de 2023, Ana Maria Gonçalves conta como a falta de documentos históricos individuais dificulta a elaboração de personagens escravizados mais fiéis ao registro histórico. No entanto, entende que os escritores de ficção têm ferramentas para tentar mitigar essa questão: criam formas que trazem verossimilhança à história. Sobre a construção de Kehinde, inspirada em Luísa Mahin, a autora declara:

Fui fazer pesquisa para conhecer mulheres que viveram nas mesmas condições, nas mesmas épocas e lugares onde ela viveu. Ela é uma grande colcha de retalho de pequenas historietas e vivências do que eu acredito ser um número próximo de quatrocentas mulheres. [A pesquisa serviu] pelo menos para me dar caminhos, ferramentas e tecnologias para escrever essa história. (Gonçalves, 2023, 01hs 07 min)

Com isso em mente, podemos entender, por extensão, que a elaboração de vários dos personagens escravizados e livres no Brasil se utilizou dessa costura de partes de histórias documentadas. Como já adiantado acima, são representados dezessete personagens históricos ao longo da narrativa que se desenrola no Brasil: dois são africanos, sete ligados à revolta dos malês, quatro figuras importantes na cena política baiana e quatro pessoas relevantes na cena cultural de São Sebastião do Rio de Janeiro. Além dos revoltosos, Kehinde só teve interação direta com um desses personagens – Joaquim Manoel de Macedo. Pode-se concluir, então, que a aparição da maioria dessas pessoas não desempenhou um papel importante para o desenvolvimento do enredo – são instruções documentalizantes que ocupam um pano de fundo narrativo e buscam trazer mais verossimilhança à história.

**Quadro 01** - Resumo do quantitativo relativo às personagens de *Um defeito de cor*

<b>Total de personagens</b>	352
<b>Personagens no Brasil</b>	216
<b>Personagens em África</b>	136
<b>Personagens históricos ficcionalizados no Brasil</b>	17
<b>Personagens históricos ficcionalizados em África</b>	24
<b>Personagens fictícios no Brasil</b>	199
<b>Personagens fictícios em África</b>	112

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: *Um defeito de cor*, 2020.

A autora deixa claro em diversas entrevistas que um dos seus objetivos era contar a história de seu país a partir daqueles que não são conhecidos, pela história que não é comumente contada no ensino escolar. Segundo a romancista, “era fundamental que *Um Defeito de Cor* se tornasse um monólogo, para que as pessoas realmente estivessem sentadas ao longo de novecentas e tantas páginas ouvindo uma mulher negra falar – que é algo que o brasileiro não está acostumado a fazer” (Gonçalves, 2023, 16 min). Histórias das pessoas escravizadas, em especial das mulheres negras, não estão nos livros didáticos – ainda é necessário um mergulho em arquivos para familiarizar-se com elas, e foi isso que Ana Maria Gonçalves buscou fazer.

A autora escreveu diversos personagens a partir desses poucos fragmentos de histórias documentadas dos escravizados e escravizadas no Brasil, o que nos faz perguntar: a qual material ela teve acesso para construir os personagens africanos? Recorro novamente às entrevistas da autora. Em uma delas, ela declara ter tido a oportunidade de visitar todas as cidades brasileiras que são retratadas no romance. O mesmo não acontece com as cidades africanas. Ana Maria afirma que “A África foi toda descrita através de relatos de viajantes, pesquisa, sites, livros, tem coisas mescladas. Eu achava que podia me dar essa liberdade por ser uma ficcionista e não uma historiadora. Tive essa liberdade de falar de determinados lugares sem estar” (Gonçalves, 2023, 13 min).

Talvez seja uma exagero dizer que sua potencial bibliografia de pesquisa é composta por estudos sobre os “grandes homens” da África Ocidental no século XIX. Entretanto, a autora baseia-se, majoritariamente, em trabalhos acadêmicos que não estão especialmente preocupados em retratar os homens e mulheres comuns – grupo este que ela buscou privilegiar na maior parte de sua obra. Inclusive, articular-se com os africanos comuns nunca foi um desejo da protagonista – desde o começo ela demonstrou interesse em relacionar-se com os comerciantes mais importantes da cidade africana em que residia e, acima de tudo, ter a benção do Chachá para prosseguir seus negócios<sup>11</sup>. Desse modo, Kehinde começa a organizar fartos almoços para conhecer e fazer amizade com essas figuras importantes e, em menos de dois anos, já é respeitada por essa classe, sendo chamada para reuniões com as pessoas mais influentes da comunidade agudá (Gonçalves, 2020, p. 778-781).

Seria ingênuo acreditar que Ana Maria Gonçalves tenha feito essa escolha somente em razão do aspecto tecnológico de fontes históricas. Passamos aproximadamente oitenta por cento da obra acompanhando a difícil história de uma mulher escravizada e depois livre no Brasil do século XIX, assimilando sua importância na construção do país. Mas sua história não se resume aos seus sofrimentos. Ao final, ela foi posta em um espaço de poder mais elevado, oficial e reconhecido por pessoas da sua comunidade e fora dela.

Vale ressaltar a dimensão que esse romance tem na construção imagética de seus leitores. Deve-se considerar que África ainda é um continente visto a partir de lentes muito preconceituosas e ignorantes. Nesse sentido, se uma protagonista mulher e escravizada é uma novidade de grande proporção aos leitores brasileiros, uma mulher africana que ocupa uma posição importante em sua comunidade e um continente africano rico em complexidades sociais, políticas e econômicas, tal como qualquer outro, têm um impacto notavelmente relevante. É a partir desse espaço que Kehinde ocupa e transita, então, que a autora pôde apresentar uma África que a maior parte do seu público leitor não conhecia.

Quais foram, portanto, os personagens históricos em África selecionados por Ana Maria Gonçalves para estabelecerem uma conexão direta com Kehinde? Uma análise

---

<sup>11</sup> O termo Chachá se refere, como E. Soumonni coloca, ao “principal agente comercial do rei em Uidá e ao líder de uma crescente comunidade afro-brasileira (...), transformou-se no grande intermediário entre o rei e os comerciantes europeus” (Soumonni, 2001, p. 44).

mais detida desse aspecto traz à luz a evidente relevância política de que os agudás gozavam nesse contexto, posto que eram figuras importantíssimas do jogo político do século XIX daomeano. A principal delas foi o Chachá I – Francisco Félix de Souza, nascido em 1754 na cidade de São Salvador, filho de português com indígena do Amazonas. Geralmente descrito como “mulato claro”, chegou na Costa da Mina em 1788 como comandante de fortaleza de São João Batista de Uidá. Antes de ocupar a posição de Chachá – desempenhada posteriormente pelos seus filhos Isidoro, Inácio e Julião, todos personagens do romance – tornou-se um dos traficantes de escravos mais conhecidos de sua época<sup>12</sup>.

Outras personalidades foram o Rei Guezo e seu sucessor Glelé, o Rei Kosoko e seu sucessor Akitoye – de relevância inegável –; José Francisco dos Santos, Nicolas Oliveira, Domingo José Martins, Francisco Olympio, Joaquim d’Almeida e Francisco José Medeiros – homens de negócios que movimentaram a cena comercial do Daomé e que têm seus sobrenomes honrados por famílias agudás até hoje no Benin –; Sir Alfred Moloney, Frederick Forbes e Benjamin Campbell – notáveis figurões da presença inglesa na África Ocidental –; Borghero e Bouché – padres franceses católicos –; além do tenente José Joaquim – responsável pelo forte d’Ajuda.

Dessa forma, fica evidente qual é o círculo social que Kehinde conseguiu se inserir e do qual ela sempre quis fazer parte desde o momento de seu desembarque na África. Essa expectativa de fazer parte dos grupos influentes era compartilhada entre os agudás. A vivência escravocrata, como já destacado neste trabalho, muitas vezes lhes dava conhecimentos de comércio e outras profissões. Nesse sentido, “essa experiência lhes permitiu, sobretudo, se inserirem na economia do lado dos que davam as ordens, e não simplesmente como força de trabalho” (Guran, 2001, p. 05).

Kehinde, além de construir sua reputação de importante comerciante e influente representante da comunidade brasileira na cidade de Uidá, ao chegar em Lagos já era conhecida pelo seu lucrativo negócio de construção de casas ao estilo brasileiro. Apesar de recusar, chega a ser convidada a compor o *Committee of Liberated Africans* – responsável por julgar problemas entre brasileiros, africanos, sarôs e estrangeiros. Vale

---

<sup>12</sup> Francisco Félix de Souza também foi essencial para o destronamento do rei Adandozan (1818). Em função dessa finalidade, surgiu a aliança com o rei Guezo (entronado de 1818 a 1858) e foi em razão do êxito em tal empreitada, que criou-se o título de Chachá e ele foi assim nomeado. Mais sobre essa importante figura da história do tráfico e do Daomé pode ser encontrado em (Costa e Silva, 2004).

ressaltar também que, como essa seção buscou argumentar, Kehinde está sempre rodeada das personagens históricas mais respeitadas do seu tempo, sendo, inclusive, figura de referência para elas <sup>13</sup>.

Por ocupar tais posições, em seu convívio cotidiano é normal a presença de pessoas brancas e influentes. Entretanto, ao mesmo tempo em que desfruta da hierarquia que conquistou, há momentos em que sua condição de pessoa negra ainda lhe diferencia do seu redor. Essa realidade se apresenta quando, diante de seu espanto ao encontrar missionários pretos ou mulatos em Lagos, Kehinde interroga o padre Clement acerca do porquê do mesmo não acontecer entre padres católicos.

Eu achava que era só no Brasil que os pretos tinham que pedir dispensa do defeito de cor para serem padres, mas vi que não, que em África também era assim. Aliás, em África, defeituosos deviam ser os brancos, já que aquela era a nossa terra e éramos em maior número. O que pensei naquela hora, mas não disse, foi que me sentia muito mais gente, muito mais perfeita e vencedora que o padre. [...] Não tenho defeito algum e, talvez para mim, ser preta foi e é uma grande qualidade, pois se fosse branca não teria me esforçado tanto para provar do que sou capaz, a vida não teria exigido tanto esforço e recompensado com tanto êxito (Gonçalves, 2020, p. 891 e 894).

Importante ressaltar que este padre a princípio não nutria grande simpatia por Kehinde. Aproximou-se dela por interesse, sabia que ela tinha grande influência e muito dinheiro. Porém, depois de usufruir de “comidas do Brasil, vinhos da França, da Itália e de Portugal, cervejas da Inglaterra [e] charutos da Bahia e de Cuba” (Gonçalves, 2020, p. 893), passou a conversar e compartilhar mais com a protagonista, mesmo ela não sendo assídua nas missas. Esse episódio demonstra como, a despeito de ter uma posição social consolidada, sua cor de pele ainda a impedia de ser respeitada pelas pessoas brancas em pé de igualdade.

Em última análise, esse tipo de excerto cumpre um papel de redimensionar o lugar que essas figuras cumprem na construção do romance. Conforme anteriormente ressaltado, a elaboração do continente africano foi feita a partir de relatos de viajantes e pesquisa. Ao nos familiarizarmos com a bibliografia que possivelmente Ana Maria Gonçalves teve acesso, pode-se afirmar que um tipo de fonte consultado foram relatórios de missionários. Dessa forma, no fragmento destacado acima, a autora posiciona a heroína

---

<sup>13</sup> Kehinde se orgulhava da posição de prestígio que alcançou. Trechos como “Apesar das garantias recebidas de que a segurança ia funcionar, nós, *os brasileiros mais importantes*, ficamos em casa durante a saída da Burrinha” (meu destaque), na página 850, são frequentes em toda a obra.

como melhor que o padre Clement, mesmo que, para a criação dessa narrativa, provavelmente tenha se utilizado de fontes históricas advindas de pessoas que ocupavam a posição desse sacerdote.

Evocando novamente o teórico russo Mikhail Bakhtin (Bakhtin, 2011), não há como analisar esses personagens que circundam a protagonista sem levar em consideração sua teorização acerca das tipificações do gênero romanesco. A principal característica dos chamados “romances típicos”, é o fato de que a personagem principal apresenta um caráter imutável, ela já está pronta. O que movimenta o enredo são as alterações das circunstâncias em que ela está inserida – ambiente espacial, posição social, fortuna, etc. Desta forma, “o tempo se interioriza no homem, passa a integrar a sua própria imagem, modificando substancialmente o significado de todos os momentos do seu destino e de sua vida” (Bakhtin, 2011, p. 220). Dentro desse ângulo de análise, o autor ainda classifica cinco modalidades do romance de formação, as quais vão criando o próprio homem.

Já a segunda tipificação, mais rara, é aquela em que a formação do homem é inseparável da construção e dos desenvolvimentos do tempo histórico – há um “caráter profundamente cronotópico” (Bakhtin, 2011, p. 221). Nessa variante, o movimento constante da personagem acontece concomitantemente ao movimento da formação histórica do mundo. A análise do presente capítulo buscou privilegiar aqueles que não estão nos holofotes: os personagens coadjuvantes. Enquadrados pelo recorte africano, o estudo de cada um deles sob a luz de teoria bakhtiniana nos revela como esses personagens satélites corroboram de sobremaneira para a construção do ambiente responsável pela integração de Kehinde em seu tempo histórico. Mais que isso, essa atmosfera criada ao redor da heroína a impele a interagir com seu mundo, cria meios para tal fim. É, em última instância, aquilo que a conecta ao tempo histórico e à materialidade de suas constantes mudanças.

A África para a qual Kehinde retorna é uma novidade em quase todos os aspectos. É altamente provável que assim o seja também para o leitor. Somos apresentados às suas dinâmicas, às idiosincrasias e às sutilezas ao mesmo tempo que ela. Talvez aqui tenhamos uma compreensão melhor do peso de uma narração em primeira pessoa. Nós, leitores, somos os seus olhos. Portanto, em um primeiro plano, evidencia-se e valoriza-se a elite histórica da qual ela fez parte – “nós, os brasileiros mais importantes” –, que traz uma visão complexificada das estruturas sociais, políticas e econômicas africanas.

Entretanto, ao nos atentarmos para os africanos comuns – àqueles a quem a autora dedicou oitenta por cento da obra – quando em África, são representados, aos olhos do leitor, como os “selvagens”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APARECIDA, D. Literatura, lugar de memória. **Suplemento**, v. 28, n. 2014.2, p. 344 – 355, 28 dez. 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I**. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. O problema do romance de educação. **Estética da criação verbal**. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BERMEJO, Ernesto González. Juan Rulfo: la literatura es una mentira que dice la verdad. **Revista de la Universidad de México**, vol. XXXIV, n. 1, 1979, p. 4-7.

CASTILLO, L. E. **Os agudás de Lagos: Brasil, Cuba e memórias atlânticas**. Afro-Ásia, Salvador, n. 48, 2013.

Conferência proferida por Roger Chartier, em 5 de novembro de 1999, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, que abriu o debate que se segue com João Adolfo Hansen. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, no 1, pp. 197-216.

COSTA E SILVA, Alberto Vasconcellos da. **Francisco Félix de Souza, mercador de escravos**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro. Catolicismo em Lagos: o rebanho e seus pastores. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

GONÇALVES, Ana Maria; MIRANDA, Fernanda; SILVA Cidinha, 2020. **Autoria Negra na Literatura Contemporânea**: Ana Maria Gonçalves, Fernanda Miranda e Cidinha da Silva. SESC Pinheiros. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SzDDLyCPD5U> Acesso em: 19 de Abril de 2023.

GONÇALVES, Ana Maria. **Ler Antes de Morrer** | Um defeito de cor - Discussão Final com Ana Maria Gonçalves, 24/04/2023. Youtube, Ler Antes de Morrer. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NwLVzHe3sc0>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2023.

GONÇALVES, Ana Maria. **Roda Viva** | Ana Maria Gonçalves | 17/07/2023. Youtube, Roda Viva. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=7cP28ek\\_6dg&t=4251s](https://www.youtube.com/watch?v=7cP28ek_6dg&t=4251s). Acesso em: 18 de Novembro de 2023.

GURAN, Milton. Africanos no Brasil e “brasileiros” na África: os “agudás” do Benim: textos de referência. Rio de Janeiro: **Academia da Latinidade**, 2001.

LITERAFRO. Ana Maria Gonçalves – **Literafro**: o portal da literatura afrobrasileira. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/443-ana-maria-goncalves>>. Acesso: 15 de Maio de 2023.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. **Silêncios prescritos**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2019. p. 27–5.

NORA, P.; YARA, T. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. V. 10, 1 dez. 1993.

REIS, João José. Notas sobre a escravidão na África pré-colonial. **Estudos Afro-Asiáticos**, 14, 1987, pp. 5-21.

SOUMONNI, Elisée. Capítulos 4 e 5. **Daomé e o mundo atlântico**. Rio de Janeiro: SEPHIS/CEAA, 2001. P. 50-79.

TIMM, M. R. Conhecendo o passado: relações entre a literatura brasileira contemporânea e a escrita da história. In: **Navegações**, v. 11, n. 1, p. 57-67, 30 dez. 2018.

VERGER, P. Formação de uma sociedade brasileira no golfo do Benim no século XIX”. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.